

A Sociologia como forma de intervir no melhoramento da vida humana: as idéias de Costa Pinto e as de Guerreiro Ramos lidas à luz de algumas considerações sobre as Ciências Sociais e o mundo hoje

Maria José de Rezende
Doutora em Sociologia (USP)
Professora da Universidade Estadual de Londrina
e-mail: wld@rantac.net

Resumo

Este artigo pretende chamar a atenção para a importância da sociologia brasileira contemporânea. As temáticas discutidas por dois de seus representantes como Costa Pinto e Guerreiro Ramos, ao longo da segunda metade do século XX, estão presentes nas preocupações de vários teóricos. Como não é possível, em apenas um artigo, traçar um amplo paralelo entre os sociólogos brasileiros analisados e os vários pensadores contemporâneos, escolheu-se aqui demonstrar como as reflexões desses dois pensadores embora marcadas por diferenças, aproximações e distanciamentos, já traziam no seu bojo várias questões que estão sendo problematizadas por um dos mais importantes expoentes da sociologia contemporânea: Bauman.

Palavras-chave

Mudança, saberes e práticas sociológicos.

Abstract

This article intends to attract the attention for the importance of the Contemporary Brazilian Sociology. The subject matters discussed by two of their representatives as Costa Pinto and Guerreiro Ramos, along the second half of the 20th century, are present in theorists' concerns of other parts of the world. As it is not possible, in just one article, to draw a parallel between the Brazilian social scientists analyzed and the various contemporary thinkers, it was decided to demonstrate how Costa Pinto and Guerreiro Ramos' reflections, although determined by differences and things they have in common or not, have already brought along with them since the 50s, several questions that are now being problematized by one of the most important exponents of the contemporary sociology: Bauman.

Key words

Change; sociological knowledge and practices.

Introdução

Recentemente Zygmunt Bauman, em entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (2004), lança luzes sobre algumas questões que permitem compreender as propostas de Costa Pinto (1920-2002) e as de Guerreiro Ramos (1915-1982) tanto para o tipo de conhecimento que deveria ser produzido na sociologia quanto para o modo como esse conhecimento deveria ser dominado e posto em prática. Este artigo ocupar-se-á especificamente da maneira como, a partir da década de 1950, esses dois cientistas sociais tentavam elaborar uma análise propositiva que se inscrevia num amplo desafio para a sociologia contemporânea, em geral, e brasileira, em particular. Essa tentativa persiste até os dias atuais.

Parte-se aqui do pressuposto de que em meados do século XX mantinha-se ainda a convicção fortemente arraigada de que a sociologia poderia transformar o meio social. Acreditava-se que ela poderia produzir melhoramentos, mudanças e reformas capazes de conduzir o país rumo a um projeto de modernidade. Essa crença estava na base dos argumentos de Costa Pinto e de Guerreiro Ramos. No entanto, estes dois últimos não estabeleciam uma clara diferença entre modernidade e modernização como o fez, posteriormente, Raymundo Faoro. Ao não buscar as singularidades do processo social brasileiro que tendeu, desde o século XVIII e XIX, a estabelecer projetos modernizantes que não conduziam à modernidade, Costa Pinto e Guerreiro Ramos tomavam a modernização por modernidade. Não se ativeram ao fato de o país nunca ter conseguido sequer buscar esta última, já que ela “compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais” (FAORO, 1994, p.99).

Detecta-se em seus escritos uma perspectiva fundada numa diretividade histórica, ou melhor, eles buscavam os fatores que levariam a sociedade brasileira rumo a uma condição de modernidade. Costa Pinto, por exemplo, quando discute, em 1998, o mundo pós-moderno (COSTA PINTO, 1999), não menciona as especificidades do Brasil neste contexto enquanto país que nem sequer conseguiu criar um projeto de modernidade, assim caracterizado por abranger os diversos grupos sociais na sua construção e consecução. Nessas condições deve-se perguntar o seguinte: Como entender as reflexões de Costa Pinto e as de Guerreiro Ramos acerca do papel do cientista social e do saber sociológico na viabilização, no país, de uma nação moderna?

Zygmunt Bauman, na entrevista mencionada anteriormente, faz uma afirmação que serve como norte para compreender a sociologia propositiva de Costa Pinto e a de Guerreiro Ramos. Ele afirma:

Imagino que a crença de que a sociologia poderia melhorar a vida humana ao reformar o meio social no qual esta se conduzia era parte integral do ‘projeto de modernidade’. Até mesmo diria que o projeto consistia exatamente nisso. Assim, as pessoas que estavam seriamente empenhadas em levar a sociedade a desenvolver condições mais desejáveis – a fim de ser ‘moderna’, ou seja, mais humana e melhor estruturada para promover a felicidade e a dignidade humana – não titubeavam um instante sobre que tipo de conhecimento deveria ser (...) adquirido, dominado e

posto em prática. Certamente só poderia ser a 'ciência da sociedade', a sociologia, a disciplina que surgira para servir ao 'projeto de modernidade'. Como Auguste Comte disse na origem do mais 'modernista' dos objetivos científicos, 'il faut savoir pour prévoir, e prévoir pour pouvoir'. Tal convicção sobre a missão da sociologia e tal fé em seu poder de realizar sua missão devem, sem dúvida, intrigar um leitor contemporâneo, mas somente porque vivemos hoje numa era diferente, quando o mantra do dia não é mais 'salvação pela sociedade'; infelizmente, o que se ouve agora, com homilias insistentes, é que devemos buscar soluções individuais para problemas produzidos socialmente e sofridos coletivamente (BAUMAN, 2004, p. 304).

As discussões de Costa Pinto e de Guerreiro Ramos sobre o saber sociológico e sua aplicabilidade inscrevem-se inteiramente nesse quadro exposto por Bauman. Em vários momentos, os dois pensadores brasileiros referiam-se à sociologia como uma missão transformadora da vida social. Somente dessa forma é possível compreender suas discussões sobre o tipo de conhecimento que os cientistas sociais deveriam buscar, dominar e aplicar. Indagações como essas permeiam todas as obras de Guerreiro Ramos (1965; 1960; 1957). Há várias discussões dele acerca da produção de conhecimentos que, de fato, serviriam como guia para a construção de projetos de mudança para o país. Nesse caso, ele considerava que os trabalhos de Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Alberto Torres e Josué de Castro eram pioneiros nas tentativas de contribuir para gestão de uma sociedade, de fato, transformada nos seus aspectos sociais, econômicos e políticos.

1- Costa Pinto e o papel do conhecimento sociológico na gestão da mudança social

Os anos 50s e 60s do século XX teriam sido marcados, segundo Costa Pinto, por um amplo processo de transição. Diante de tal quadro era necessário que a sociologia brasileira se ativesse aos elementos que se mantinham constantes, inalterados, já que isso vinha dando um certo rumo para as mudanças em marcha. Ele considerava que as ciências sociais tinham um papel essencial não somente no desvendamento dessas transformações, mas também no reconhecimento dos problemas essenciais da sociedade brasileira em mudança. Os intelectuais deveriam contribuir elucidando, de modo objetivo e crítico, os aspectos que emperravam a recriação da vida socialⁱ. Nesse caso, a questão da objetividade era, para ele, o grande desafio que os cientistas tinham que enfrentar na produção de um conhecimento não-ideológico, o qual estaria voltado não para mascarar a realidade, mas sim para elucidá-la, e, portanto, transformá-la.

A sociologiaⁱⁱ, como uma permanente tomada de consciência da vida cotidiana dos seres humanos, é o resultado do constante esforço da mente humana em repor conceitos dinâmicos no lugar de verdades absolutas, inesgotável substituição de fantasmas por coisas reais. É a análise científica e o conhecimento crítico da existência humana, uma importante ferramenta na permanente luta da humanidade para alcançar a mais alta aspiração dos seres humanos: libertarem-se, ultrapassar suas limitações, desenvolver ao máximo suas potencialidades para benefício próprio e de todos (COSTA PINTO, 1999, p.18).

Observe-se que as questões levantadas por Costa Pinto no parágrafo anterior foram abundantemente problematizadas no âmbito da sociologia contemporânea. Como a escolha deste artigo recaiu sobre o pensamento de Bauman, pode-se dizer que as preocupações acima são

recorrentes em seus livros. Para o pensador polonês a sociologia deveria ter suas preocupações originadas na lógica da experiência humana. Esse é o desafio que se renova a cada dia para todos os envolvidos com essa ciência (BAUMAN, 2003, p. 8).

Segundo Costa Pinto, o problema da objetividade tinha a mais alta relevância nas ciências sociais. Isso porque uma ciência engajada não queria dizer uma ciência desprovida de objetividade. Todavia o pensamento acadêmico era especialmente responsável pelo não-enfrentamento do tema da objetividade. A criatividade sociológica estaria sendo amordaçada pela recusa da academia em buscar solução para a confusão entre posição crítica e posição científica. As duas posições poderiam e deveriam caminhar juntas. A objetividade não anulava, segundo Costa Pinto, a postura crítica (COSTA PINTO, 1998). Aquela primeira ao gerar estudos científicos da “formação, da organização e da transformação da sociedade humana” (COSTA PINTO, 1986, p.30) lançava todas as bases para um conhecimento crítico e capaz de produzir novas hipóteses e novas atitudes mentais.

Influenciado pela Escola de Sociologia de Chicago, Costa Pinto, destacava as atitudes mentaisⁱⁱⁱ como um dos elementos que deveriam ser examinados no estudo do papel do sociólogo na produção de um conhecimento que fosse capaz de revelar a estrutura social e os múltiplos direcionamentos das mudanças nos anos 50s e 60s. O mapeamento objetivo da realidade social era capaz de revelar os caminhos seguidos e os que se abriam em razão da dinamicidade e das constâncias presentes na sociedade brasileira. Assim, o cientista social desnudava todo um processo em curso, todas as dificuldades, todos os desafios que se colocavam em determinadas conjunturas.

Ao cientista cabia, assim, elaborar o estatuto científico dos conceitos que devem nortear a construção de propostas de mudanças sociais. Costa Pinto considerava, então, que o sociólogo deveria estar munido de condições para subsidiar a implementação de projetos de mudanças sociais (COSTA PINTO, 1999, p.16). Assim, se as instituições, as organizações da sociedade civil e as lideranças políticas, em condição de implementação e/ou de reivindicação de medidas de diversas naturezas (sociais, econômicas, jurídicas e políticas), demandassem a ação de cientistas sociais, estes deveriam, em primeiro lugar, ter condições para reconhecer claramente as conseqüências positivas e negativas das ações a serem implementadas. Adviriam daí as suas decisões de atuar ou não no interior de tais propostas de mudança. Em segundo lugar, caso considerassem que era um projeto de alcance significativo para a modernização do país, os sociólogos deveriam inserir-se nele para intervir, com subsídios sociológicos e antropológicos, no curso das transformações. Ele afirmava:

Em minha opinião, o que a transição está demandando e aguardando de nós são ações, iniciativas e propostas inteligentes e racionais, inspiradas, guiadas e estimuladas por idéias claras e responsáveis sobre as potencialidades e possibilidades de moldar um mundo pós-moderno, mais justo e menos desigual, mais saudável e menos histérico, mais racional e menos tolo (COSTA PINTO, 1999, p.16).

O objetivo das ciências sociais seria, para ele, o de instrumentalizar a criação de um mundo onde prevalecesse a cooperação e o humanismo. Seriam esses os valores que ele havia abraçado

durante a sua vida acadêmica. Assumir abertamente a escolha de determinados valores era, então, uma necessidade, já que para ele não havia ciência isenta de valores^{iv}. Parafraçando Gunnar Myrdal ele afirmava que se a “ciência é crítica; ciência social implica crítica da sociedade” (MYRDAL, 1967; COSTA PINTO, 1999, p.18).

Em seu entendimento era necessário desmontar as pressuposições de que o conhecimento nas ciências sociais é somente abstração e retórica. A teorização tem que ser vista, segundo ele, como instrumento de ação eficaz sobre a realidade. É ela uma forma de mudar os padrões de organização social, político e cultural. Cabe ao conhecimento sociológico contribuir também para a invenção de modos renovados de coexistência social. Ele fazia questão de deixar clara, em seus escritos, sua crença absoluta na razão. Somente esta última poderia resolver os problemas colocados para a humanidade no decorrer do século XX. Crendices de qualquer espécie deveriam ser combatidas pela ciência. Essa sua afirmação devia-se a sua observação de que havia, no final do século XX, uma crescente mistificação do mundo social e de seus problemas. Cabia às ciências sociais combater esse estado de coisas. Influenciado por Hans Freyer (1923), ele manteve intacta, durante toda a sua vida, a convicção de que o surgimento da sociologia como ciência expressava o desenvolvimento de uma consciência sobre o mundo moderno e seus problemas.

Não acredito que seja possível uma sociedade sem problemas. O que ocorre é que nem todos os problemas sociais são maus problemas; existem também os bons problemas, que emergem de um processo contínuo de mudança social, desafiando a imaginação humana a encará-los e resolvê-los (COSTA PINTO, 1999, p.17).

É muito interessante observar que essa perspectiva humanista de Costa Pinto encontra-se também em um outro pensador da sociologia contemporânea: Zygmunt Bauman. Este último em entrevista em 2003 afirma o seguinte: “Não acredito mais na possibilidade (e até no desejo) de uma ‘sociedade perfeita’, mas acredito numa ‘boa sociedade’, definida como a sociedade que se recrimina sem cessar por não ser suficientemente boa e não estar fazendo o suficiente para se tornar melhor (...)” (BAUMAN, 2003, p.7).

E por que comparar as posições de Costa Pinto com as de Bauman? Em primeiro lugar porque são eles dois importantes pensadores contemporâneos que se situam dentro de uma mesma linha denominada humanismo social. Em segundo, porque ao longo de suas vidas eles estiveram preocupados com a relação entre o conhecimento sociológico e a mudança social^v. Suas análises têm em comum também o fato de serem de caráter propositivo e de caráter crítico do modo como o mundo acadêmico tem-se portado diante dos temas que mais tem afetado a humanidade nos últimos tempos. Talvez seja possível dizer que o aspecto significativo do distanciamento entre os dois é que para Costa Pinto - ele diz isso em 1969 - era mais importante apreender as transformações do mundo a partir daquilo que se mantém constante no processo de transição. Bauman em seus livros, nas décadas de 1980 e 1990, está preocupado com os aspectos em contínua transmutação. Todavia, o papel propositivo da ciência social é o principal ponto de contato entre os dois.

Valendo-se desse entendimento do papel propositivo do cientista é que Costa Pinto em 1950 aceitou um convite de Anísio Teixeira (Secretário de Educação e Saúde do governo da Bahia) para participar de um projeto que visava levantar “subsídios de natureza sociológica e antropológica colhidos de alguns municípios do interior da Bahia com o intuito de implementar um processo de modernização dessas áreas no âmbito da saúde, da educação e da administração pública” (MAIO, 1998, 21).

O seu compromisso como homem de ciência era também expresso no seu comprometimento político com a melhoria das condições de vida da população negra no Brasil. Era visível que ele valorizava a interação do cientista social com a sociedade civil. Ele fazia parte de uma geração que estava buscando construir um tipo de ação intelectual voltada para gestação de processos de mudança contínuos e duradouros.

Observe-se que no decorrer da segunda metade do século XX, isto é, da década de 1950 até a década de 1990, Costa Pinto insistia que concebia o cientista social como portador de um papel ativo e propositivo no interior da sociedade. Seu *paper* intitulado *Mundo-pós moderno*, de 1998, chamava a atenção dos intelectuais para as suas responsabilidades no melhoramento do mundo. Um dado a ser indagado é o seguinte: Costa Pinto estaria supondo um *continuum* histórico entre mundos distintos? Ou seja, o padrão de organização social vigente nas décadas de 1950, 1960 no qual o conhecimento sociológico “era, (...), dirigido àqueles que estavam no papel de legislar, de criar as condições para uma boa sociedade” (BAUMAN, 2004, p.308), não teria mudado completamente na última década do século XX? O otimismo de Costa Pinto não estava, de certa forma, ligado a sua pouca atenção às especificidades da vida social no limiar do século XXI?

A análise do pensamento e da ação de Costa Pinto no decorrer de cinco décadas (1950-1990) leva a impressão de que ele supunha como inalterado o papel do conhecimento e do cientista social, ao longo desse período. No seu texto de 1998, há ainda a convicção de que cabe à ciência propositiva um papel essencial nas mudanças sociais. Todavia, é visível em suas indagações que Costa Pinto, na década de 1950 e 1960, está pensando o conhecimento sociológico como voltado, não-somente, mas principalmente, para as lideranças políticas e civis, governantes, estadistas, etc.. Desde a década de 1950 ele já parecia preocupado em falar não só a esses últimos, mas também aos estudiosos, professores de vários níveis de ensino, lideranças de movimentos organizados, etc., ou seja, todos aqueles que fossem capazes de interferir nos processos de mudança em curso. Na realidade, ele tentava falar a todos que tivessem em mente um projeto coletivo de melhoramento da vida social, o qual tinha como característica a aspiração, a intenção e a ação voltada para ultrapassar os limites individuais e coletivos.

Em seu texto, de 1998, intitulado *O mundo pós-moderno*, tem-se ainda a impressão de que ele não está supondo que a sociologia deva falar aos indivíduos isolados. A pergunta que se deve fazer é a seguinte: O conhecimento sociológico no limiar do século XXI consegue ainda falar aos governantes, aos dirigentes, de modo geral? Ou melhor, esses últimos estão, de algum modo,

interessados nas soluções indicadoras de melhoramentos sociais e políticos? Se não há mais ligação entre o saber sociológico e a agenda pública, não estariam as propostas de Costa Pinto, superadas?

Bauman afirma, em entrevista de 2003, que a sociologia

como um esforço de entendimento da experiência humana, não mudou. Continua agora como era antes. O problema é que hoje o conhecimento sociológico é dirigido não mais aos governantes, porque estes renunciaram à sua responsabilidade para com o bem da sociedade (...). Por exemplo, o único tipo de conhecimento pelo qual Tony Blair se interessa é aquele que lhe diz qual movimento deve ser feito para ser mais popular. Outras coisas, como o bem da sociedade, não lhe interessam muito. Vivemos em tempos de desregulamentação, de descentralização, de individualização, em que se assiste ao fim da Política com P maiúsculo e ao surgimento da política da vida, ou seja, que assume que eu, você e todo mundo deve encontrar soluções biográficas para problemas históricos, respostas individuais para problemas sociais (BAUMAN, 2004, p. 308).

Se Bauman estiver correto quanto a sua avaliação de que o conhecimento sociológico vai, no decorrer do século XXI, voltar-se mais e mais para indivíduos entregues aos seus próprios recursos e possibilidades, fica evidente que intelectuais como Costa Pinto, Guerreiro Ramos, Josué de Castro, Celso Furtado, entre outros pensadores propositivos, seriam de difícil ressonância no mundo de hoje, já que eles falavam para aqueles que eram ou poderiam ser portadores de projetos coletivos. Se os governantes não estão mais interessados, se é que já estiveram, salvo raríssimas exceções, em melhoramentos sociais, e se há, inegavelmente, movimentos e organizações sociais portadoras de projetos coletivos e, portanto, interessados na construção de um mundo mais igualitário e menos excludente, a pergunta que se deve fazer é a seguinte: por que o saber sociológico tem dificuldade, no momento atual, de falar aos segmentos sociais organizados que possuem projetos coletivos? A resposta a essa questão demandaria muitos artigos e muitas outras pesquisas acerca do saber e do fazer sociológico, hoje. Mas, de antemão, pode-se dizer que há tentativas na sociologia de falar aos movimentos sociais organizados^{vi}. É evidente que nem sempre se obtém êxito.

Mas, há aqueles, como Bauman, que consideram que tais dificuldades não são de todo negativas, já que falar ao indivíduo é também uma forma de alerta para os desafios que a humanidade tem de enfrentar nas condições atuais^{vii}. Assim se “a única entidade a quem a sociologia se dirige hoje é aquela que realmente está assumindo a responsabilidade – o indivíduo” (BAUMAN, 2004, p.308), é porque

a percepção individual, para ser ampliada, necessita da assistência de intérpretes munidos com dados não amplamente disponíveis à experiência individual. Ora, a experiência individual é normalmente muito estreita para que o indivíduo seja capaz de ver os mecanismos internos da vida. Não saberíamos o que está acontecendo nesse mundo da modernidade líquida se não fôssemos alertados para as possíveis conseqüências do processo em andamento. Explicar como as coisas funcionam, ampliar a visão necessariamente limitada dos indivíduos, alargar seus horizontes cognitivos, enfim, dar a eles condições de enxergar além de seu próprio nariz é o que cabe à sociologia agora (BAUMAN, 2004, p.309-10).

Celso Furtado, porém, diria diante desse tipo de argumentação que isso não seria, de modo algum, suficiente. No livro *Em busca de novo modelo*, ele afirma que não basta o desenvolvimento da percepção dos obstáculos a serem enfrentados. Isso seria, de fato, muito pouco, já que a grande dificuldade está no surgimento de forças sociais capazes de “conduzir as forças criativas para a

reconstrução de estruturas avariadas e para a conquista de novos avanços na direção de formas superiores de convivência social” (FURTADO, 2002, p.33).

Todavia, este artigo está empenhado em resgatar as tentativas de Costa Pinto e as de Guerreiro Ramos para produzir uma ciência social mais voltada para os desafios e as soluções coletivas. Não se colocava para Costa Pinto e para Guerreiro Ramos como não-possível a reinvenção da vida social e política. Isso não se coloca também para a sociologia hoje. Basta observar os escritos de Bauman. No entanto, este último tem colocado em destaque que o grau de complexidade que a humanidade tem de enfrentar para reinventar cotidianamente a possibilidade de ação política é descomunalmente maior na atualidade onde “os mecanismos por trás da fabricação da incerteza e da insegurança são amplamente globalizados” (BAUMAN, 2000, p.57).

E o que os últimos escritos de Costa Pinto indicavam sobre isso? Costa Pinto, em um artigo escrito em 1998, deixava evidenciada sua compreensão das singularidades do mundo denominado por ele de pós-moderno. As incertezas, os emperramentos, as dificuldades poderiam ser vencidos. Cabia ao sociólogo uma responsabilidade essencial nesse processo através de um conhecimento crítico da existência humana. Ele afirmava: “Ao passarmos por um período de tão profundas transições que afetam a sociedade global, temos a oportunidade privilegiada de moldar o futuro com ações e alternativas, guiadas por idéias e ideais inteligentes” (COSTA PINTO, 1999, p. 18).

Assim como para Bauman, também para Costa Pinto o conhecimento sociológico continuava a ter, no final do século XX, um papel essencial no processo de produzir debates e ações para elevar a vida humana a patamares mais justos e igualitários. A diferença básica entre eles é que mesmo acreditando firmemente nos melhoramentos sociais, os dois distanciam quanto ao modo de enxergar os reflexos do conhecimento sociológico nos processos de mudança em curso no mundo atual^{viii}.

Costa Pinto, até mesmo nos seus textos da década de 1990 e da de 2000, continuava considerando que o conhecimento sociológico tinha ainda uma ligação muito forte com a agenda pública. Basta ver seu artigo de 2002, intitulado *Waldomiro Bazzanella: relembando um amigo*. Ele deixa claro nesse texto sua crença na importância dos estudos sociológicos para a implantação de linhas administrativas e políticas (COSTA PINTO, 2002, p.2). Bauman, por outro lado, destaca que, hoje, parece haver cada vez menos interessados nos denominados modelos de “boa sociedade” formulados por parte expressiva dos sociólogos. A quebra da relação entre conhecimento sociológico e agenda pública não foi, de fato, preocupação de Costa Pinto. Nos anos 50s e 60s do século XX, essa ligação era para ele inquestionável. Nos anos posteriores, ele continuava a acreditar firmemente que esse laço não havia sido rompido. Isso coloca suas discussões num caminho diferente das de Zygmunt Bauman.

Costa Pinto ao longo de sua produção acadêmica persistiu insistindo que o saber sociológico, ao qual se filiava, tinha um caráter “clínico”. Pode-se dizer que ele concebia esse saber nos moldes discutidos por Pierre Bourdieu, ou seja, o conhecimento deve ser usado para combater os males que atingem a sociedade em suas diversas esferas. Em síntese, um saber posto a serviço das forças

transformadoras. O pensador brasileiro ora analisado refutava, por ser mero academicismo, o que Bourdieu denominou de saber “cínico”, ou seja, aqueles que o dominam tiram todas as vantagens para si próprios dessa condição de conhecedores, pouco se importando se o conhecimento está sendo posto em prática em favor ou não das melhorias sociais. Esse último tipo de saber estaria, segundo Costa Pinto, voltado para a manutenção do *status quo*^{ix} (VILLAS BÔAS, 1999, p.52).

Bauman alerta para a necessidade de que os sociólogos se atenham a essa distinção feita por Pierre Bourdieu, visto que ela é singularmente esclarecedora de que muitas preocupações que afetam uma parte expressiva da produção sociológica se inscrevem na própria lógica da vida acadêmica e não “na lógica da experiência humana que a sociologia é chamada a servir” (BAUMAN, 2003, p. 7). Ainda que não tenha utilizado essa mesma terminologia, pode-se dizer que essa distinção (saber cínico e saber clínico) esteve de certa maneira presente nas indagações de Costa Pinto sobre o papel do saber sociológico. A idéia de que a sociologia engajada deveria voltar-se para a construção de um diagnóstico correto dos males que acometiam a sociedade e, por conseguinte, deveria aplicar remédios adequados, pode ser citada como exemplo da utilização de uma concepção de ciência que se aproxima da noção de saber clínico de Bourdieu.

Todavia, Costa Pinto em seus escritos parecia aproximar-se muito mais da noção de saber clínico do que da de saber cínico. Vale dizer, ele advogava muito mais claramente a necessidade de um saber capaz de curar os males sociais do que fazia uma crítica aos cientistas, acusando-os de cinismo. Ele era muito mais ameno que Bourdieu quando analisava os intelectuais. Para ele, o grande problema era que o saber acadêmico tinha uma grande dificuldade de separar o que era fundamental do que era acessório. Assim, uma parte das ciências sociais encontrava-se assoberbada com pesquisas, temáticas e estudos que não conseguiam indicar caminhos para que fossem vencidos os desafios postos à humanidade na segunda metade do século XX. Era nesse contexto que ele considerava necessário indagar se a sociologia estava ou não em condições de formar um conhecimento capaz de indicar caminhos para que os indivíduos e as instituições conseguissem combater os anacronismos reinantes do mundo moderno.

Quais ciências teriam que dar respostas aos anacronismos? Quais ciências deveriam ter condições de orientar indivíduos e instituições no sentido de vencer aqueles últimos? Ele dizia que eram as ciências sociais que deveriam ter esse papel. Mas elas seriam capazes disso? Seriam se tivessem como preocupação central o objetivo de serem úteis. Para isso bastava seguir aquilo que estava na raiz do pensamento sociológico que desde o seu início esteve voltado para a busca de intervenção no processo social. Comte, Le Play, Spencer, Saint-Simon e Marx poderiam ser citados como exemplo dessa tentativa de formular um conhecimento racional e intervencionista.

É interessante indagar sobre o que seria um saber útil nas condições colocadas no mundo contemporâneo. Seria necessário, até mesmo, levantar uma questão acerca da obstinação de pensadores como Costa Pinto e Guerreiro Ramos por um conhecimento útil, no caso do primeiro, ou de um conhecimento “em mangas de camisa”, no caso do segundo. Suas reflexões sobre a

necessidade de o cientista selar um compromisso incondicional com um saber comprometido com a prática não seriam já derivadas de um mundo que se transformava de modo vertiginoso na segunda metade do século XX e que, assim, expunha todas as dificuldades da ciência social em dar respostas aos múltiplos desafios que vão tomando corpo naquele momento?

Pode-se dizer que os dois pensadores brasileiros aqui estudados estavam-se indagando sobre os impactos do saber sociológico útil numa sociedade específica. Ou seja, as suas prescrições de ação eram referentes a um momento histórico que Bauman denomina de modernidade sólida. E por que essa referência é importante? Porque ela tem conseqüências particulares para a compreensão de como seria um saber sociológico útil nas décadas de 1940 e 1950 e de como ele seria nas décadas de 1990 e 2000. Isto é, qual seria o raio de ação, as possibilidades de atuação, de intervenção do conhecimento sociológico em momentos distintos como esses, os quais Bauman denominou modernidade sólida, o primeiro, e modernidade líquida, o segundo, em vista do contexto europeu, exclusivamente.

Não há dúvida de que Costa Pinto e Guerreiro Ramos estão tentando traçar um campo de ação para o conhecimento sociológico em vista dos processos de urbanização, modernização e industrialização da sociedade brasileira em meados da década de 1950. Suas indagações têm em vista um tipo de sociabilidade fundada na possibilidade de uma sociedade que poderia buscar melhoramentos sociais valendo-se de projetos coletivos. Daí a intervenção do conhecimento sociológico como aquele que teria o dever de contribuir para o enfraquecimento das condições opressivas que pesavam sobre inúmeros indivíduos. O contexto a que eles se referem é o de uma modernização sem modernidade, mas sem esclarecer muito a especificidade dessas condições de uma sociedade que já dava indicações claras, a partir da década de 1950, de que não via sinais de efetivação, aqui, daquilo que Bauman chamou de modernidade sólida ao caracterizar os países europeus de meado do século XX.

Costa Pinto perguntava se estaria ao alcance da sociologia produzir um conhecimento crítico e prático ao mesmo tempo, já que somente sendo portador dessas duas características é que o saber sociológico teria como contribuir para fazer desaparecer os fatores de opressão social e política. A resposta que ele dava a essa pergunta era a seguinte: cabia ainda à sociologia decidir-se sobre tal possibilidade. E ela caminharia no sentido de ser crítica e prática desde que se ativesse ao cotidiano concreto do homem moderno, ajudando-o a entender o ritmo das transformações das coisas.

Seguindo as trilhas feitas por Bauman, pode-se afirmar que a definição de Costa Pinto sobre o saber sociológico útil corresponde espacialmente às sociedades capitalistas européias e historicamente aos anos 40s e 50s do século XX, uma vez que nesse momento as relações sociais estavam assentadas em algumas referências fixas, estáveis, regulamentadas nos vários campos da vida social. As instituições, os quadros de referência, os costumes, os hábitos, as regras, os valores estavam, de alguma forma, em condição sólida. O que isso quer dizer? Havia uma expectativa quase

que estável de que a vida social correria por determinados caminhos. Bauman chama isso de perspectiva de longo prazo.

Costa Pinto e Guerreiro Ramos estão, cada um a seu modo, lidando com essas perspectivas longevas. A busca por melhoramentos sociais inscrevia-se nesse registro das relações sociais. Isso faz de seus escritos algo ultrapassado? Sim e não. A resposta afirmativa dar-se-ia em razão de que hoje as instituições, os valores, os costumes, os indivíduos, as identidades e a cultura se movem num campo insólito, daí a dificuldade de um projeto de saber sociológico que consiga atuar, nos moldes propostos por Costa Pinto, para esmaecer e/ou destruir os fatores de opressão, já que eles não estão solidificados nessa ou naquela esfera, somente. Tais fatores estão amplamente diluídos e ocultos em vários segmentos da experiência humana.

É possível dizer ainda que essa proposta de Costa Pinto não está definitivamente superada, uma vez que, mesmo nos tempos atuais em que prevalece a desregulamentação, a descentralização e a individualização, o saber sociológico pode estar voltado para a busca de melhorias sociais. O conhecimento deve continuar a ter essa preocupação de ser útil, ou seja, um saber que instiga a sociedade a pensar e a agir à procura de melhoramentos sociais para um número cada vez maior de indivíduos.

A preocupação de Costa Pinto continua, então, válida, desde que levadas em consideração as condições sociais da atualidade. Seguindo os ensinamentos de Bauman é possível dizer o seguinte: se o conhecimento sociológico não consegue mais dirigir-se aos governantes, aos políticos, pois esses não estão interessados na geração de sociedades melhores, ele (o saber) tem que lutar para dirigir-se aos indivíduos, às organizações da sociedade civil, aos movimentos sociais. Entre esses encontram-se aqueles que ainda se ocupam da busca de melhoramentos coletivos.

A atualidade das questões levantadas por Costa Pinto acerca da utilidade do conhecimento sociológico deve ser pensada também em vista da realidade social brasileira. Segundo ele, o saber atua como fator de mudança desde que compreenda as contradições, os percursos e os ritmos distintos das diferentes partes. Ele afirmava que no caso da sociedade brasileira era necessário ater-se ao fato de que as partes se transformam ora mais ora menos aceleradamente. Aquelles setores - sejam eles políticos, econômicos ou sociais - que mudam com mais lentidão acabam servindo como elemento de controle da mudança como um todo. Ele argumentava que era um equívoco pensar que, no caso da sociedade brasileira, uma parte se transformava e outra ficava estagnada. O que ocorria, de fato, eram descompassos, ritmos distintos entre as partes. A economia, por exemplo, tendia a transformar-se mais rapidamente. As instituições, os valores modificam-se, geralmente, de maneira mais lenta.

Na sociedade brasileira a partir de 1930, tendo havido um esforço intencional, por parte do Estado, de transformação econômica, ficaram expostos os descompassos entre a esfera econômica e a política, a qual agia como um fator de resistência^x à mudança. Há também que pensar essa última a

partir do que Costa Pinto chama de homem tradicional. Este tem, muitas vezes, um papel primordial no controle e no emperramento da mudança.

Permanece atual também a discussão que Costa Pinto fazia na década de 1950 e de 1960 sobre os modos como as diversas classes sociais criam formas de resistência à mudança. Cada segmento social resiste por razões, por motivos específicos. Isso traz conseqüências que devem ser continuamente estudadas. Há, por exemplo, a necessidade contínua de o saber sociológico ocupar-se do entendimento das formas como as classes dirigentes e dominantes se dedicam deliberadamente a encontrar meios de impedir a participação e a representação política das forças sociais que são produzidas pelo desenvolvimento industrial, pela modernização econômica, pela urbanização.

Os empenhos de homens de ciência - aqueles que eram também homens de ação - para ajudar a desmontar os processos de resistência ao desenvolvimento, já que esse “cria problemas que só mais desenvolvimento pode resolver” (COSTA PINTO, 1986, p.111), era para Costa Pinto a essencialidade de um projeto de construção de melhorias sociais. A ciência social deve voltar-se, então, para a quebra dos anacronismos que impedem a renovação da sociedade brasileira, os quais se inscrevem num conjunto de relações capazes de evidenciar que no país nunca se estabeleceram senão projetos de modernização, os quais como afirma Raymundo Faoro, estiveram sempre desvinculados de qualquer projeto de modernidade (FAORO, 1994).

Desse modo, pode-se dizer que Costa Pinto estava buscando ao longo de sua vida, alguns caminhos que deveriam ser abertos pelo saber sociológico em condição de conduzir ao que Bauman denominou, em seus textos, de modernidade sólida. As indagações dessa natureza são instigantes por levar a pensar nas condições de um país que, sem chegar a modernidade sólida, vê sobrepor aos seus anacronismos alguns elementos da denominada modernidade líquida. As desregulamentações das leis trabalhistas, a individualização, a instabilidade empregatícia, etc. podem ser citadas como exemplos disso.

Costa Pinto, ao discutir a resistência à mudança, oferece um quadro que permite visualizar que o desenvolvimento gerou na sociedade brasileira problemas que não foram resolvidos, porque a modernização estabelecida no país nunca apontou no sentido de melhoramentos sociais coletivos. Estando numa condição de estar aquém da modernidade sólida o país adentrou o século XXI partilhando, com outras nações, das instabilidades inerentes ao mundo hodierno. Costa Pinto parecia, porém, até a década de 1990, convencido de que havia uma diretividade progressiva que o país e o mundo alcançariam. Basta ver que, em 1998, ele escreveu: “A chegada do mundo pós-moderno faz do nosso tempo um tempo incomum e singular. Clama por objetivos e alvos cada vez mais elevados e nobres. Eles são alcançáveis. É nossa responsabilidade conquistá-los” (COSTA PINTO, 1999, p. 19).

A modernidade era para ele um percurso evolutivo que a humanidade em geral tendia a alcançar. Cabia ao saber sociológico contribuir com esse processo de efetivação das condições

modernas. Assim como os demais países, o Brasil também poderia, para ele, seguir em direção aos melhoramentos sociais. Costa Pinto partilha da convicção de que a modernidade constrói-se em vista das intenções deliberadas dos agentes sociais (COSTA PINTO, 1986, p.198). Para Raymundo Faoro, Costa Pinto estaria indicando um caminho que desaguaria na modernização e não, necessariamente, na modernidade.

Quando (...) a modernização, se instaura, como ação voluntária, quem a dirige é um grupo ou classe dirigente – com muitos nomes e de muitas naturezas – que, na verdade, não reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua. Tal grupo, para mudar o que não vai, ao seu juízo, bem, começa por dissentir da classe dirigente tradicional. O desvio, entretanto, não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes. Um exemplo (...) (foi) a projetada e frustrada reforma que se quis derivar da recepção do positivismo comtista, no século passado. Militares, engenheiros e médicos, uma elite que não conseguia dar as cartas no estamento imperial (...), formam não uma nova sociedade, mas um novo estamento, para que ocupe o lugar do antigo. É claro que tal ascensão insegura só resultará numa mudança espasmódica, limitada, incapaz de imantar toda a sociedade (FAORO, 1994, p.100).

A modernidade, no entanto, impõe-se não como uma forma de política de mudança; ela é um movimento que atinge a sociedade inteira, ou seja, as esferas econômicas, sociais, políticas e culturais. Abrange também todas as classes e grupos sociais, por isso ela não tem como ser capturada por determinado segmento social a seu favor, somente. Têm sido dessa última forma todas as modernizações no país, as quais vêm direcionando para alguns setores os benefícios e as conquistas advindos dos projetos modernizantes. Cabe indagar o seguinte: Para Costa Pinto quem (quais atores) estaria na base da geração dos caminhos que levaria à modernidade? Seriam, ou não, todas as classes sociais? Seriam todos os grupos sociais, ou somente alguns, entre os quais os intelectuais? No seu entender, de que modo seriam encaminhadas as tensões, as pressões, os antagonismos, as lutas que emergiriam do processo de geração da modernidade?

Os escritos de Costa Pinto trabalham com uma noção genérica de processo de mudança. Isto é, ele não precisava exatamente quais eram os atores que estariam na base da geração dos caminhos que poderiam levar à modernidade os países subdesenvolvidos. Ele combinava a noção de sistema e de classes para pensar esse processo. Ao discutir o mundo moderno, ele destacava que havia um sistema que estava mudando desde a sua base, o que propiciaria uma mudança simultânea nos indivíduos e nas classes sociais dos países latino-americanos. Diz ele:

A mudança social resulta de uma série de conflitos sociais, que são, por sua vez, produzidos pelas transformações estruturais em processo (...). É no nível das relações entre as classes, nessas sociedades, que as situações se transformam em atuações e estas se transformam em ação política (COSTA PINTO, 1986, p. 247).

Costa Pinto estava convicto de que a urbanização e a industrialização na América Latina geraria novas classes sociais (classes médias, burguesia industrial e proletariado urbano), as quais teriam que conviver com as chamadas classes tradicionais (sobretudo as classes agrárias). No entanto, essa convivência poderia dar-se através da associação ou do conflito. Mas quais seriam as conseqüências oriundas desses dois modos de convivência para o processo de geração da modernidade? Costa Pinto, diferentemente de Celso Furtado (1979; 1997) e de Raymundo Faoro

(1994), não esmiúça isso. Mas essa é a questão fundamental, pois, se a relação entre as novas classes e as classes tradicionais se dessem por conciliação e associação de interesses, nos moldes expostos por Gilberto Freyre na obra *Ordem e Progresso* (1962), floresceriam processos de modernização e não de modernidade.

Ao modo de ver de Costa Pinto, as formas de acomodação das diferentes classes sociais (novas e tradicionais) deviam-se às condições de transição pelas quais estavam passando os países subdesenvolvidos na década de 1940 e de 1950. Eram, então, as soluções de associação e de conciliação uma característica de um estágio específico da sociedade brasileira. Sendo as elites políticas aterrorizadas por um duplo medo: “o medo dos problemas e o medo de suas soluções” (COSTA PINTO, 1986, p.251), reinava a apatia e a tendência ao adiamento das grandes decisões (COSTA PINTO, 1986, p.252).

No início da década de 1960, Costa Pinto parecia convicto de que esses arranjos entre o arcaico e o moderno eram passageiros e tendiam a ser superados com o processo de desenvolvimento urbano-industrial que, num primeiro momento, levaria as classes industriais a se apoiarem nos operários e nas classes médias para derrotar as classes agrárias tradicionais e, num segundo, possibilitaria que a classe proletária se firmasse de modo autônomo, como uma força política capaz de intervir na “direção política do desenvolvimento” (COSTA PINTO, 1986, p.253). Ele concebia, então, a ação política das diversas classes como o elemento embaixador da geração da modernidade. Mas esta última ir-se-ia fazendo através de processos consecutivos de modernização.

Analisando, sociologicamente, a emergência de novas classes sociais e as contradições de seu comportamento político, posso repetir, mais uma vez, que esse é, tipicamente, um daqueles problemas criados pelo desenvolvimento, que somente mais desenvolvimento é capaz de resolver (COSTA PINTO, 1986, p. 256-7).

Faoro nos diz que na modernização é sempre um grupo ou outro que está base da implementação de suas políticas de reformas^{xi}. No caso da modernidade, para que ela se configure como tal, as ações de todas as classes e grupos sociais têm de estar na base do processamento das mudanças. A publicização dos embates e dos enfrentamentos na arena política é que permitiria que a modernidade^{xii} não se desfigurasse e, portanto, não se assemelhasse a uma mera política de modernização^{xiii}.

O desenvolvimento não pode ser matéria de decretos, nem é assim que uma nação aprende de outra. Uma elite não pode, pela compulsão, pela ideologia, gerar a nação. A nação que quer se modernizar sob o impulso e o controle da classe dirigente cria uma enfermidade, que a modernidade, quando aflorar, extirpa, extirpando os modernizadores. Todos os países que sofreram modernizações (...) expulsaram, para que o desenvolvimento se irradiasse ao povo, a elite, a classe dirigente, a burocracia (...). A modernidade emergiu com a ruptura, construindo, sobre a ruína das autocracias o desenvolvimento, capaz de se sustentar com o movimento próprio, eliminando, juntamente com os males antigos, os males modernos. Todos deixaram de ser uma dualidade, uma imobilizada oposição de direções, para revelarem sua identidade cultural, num vóo próprio, dentro do universo, libertos da tradição e da contemplação nacional” (FAORO, 1994, p.113).

Como essas questões aparecem em Costa Pinto? No texto *Desenvolvimento e mobilidade soci al* (1986) ele dá indicação de que em países “em desenvolvimento” há um grupo social que

intencionalmente implanta um conjunto de medidas que visam provocar algumas mudanças. O Estado tem papel fundamental nesse processo. Enquanto essas mudanças se restringem à área econômica há pouca resistência, mas, uma vez que elas tendem a atingir o plano institucional, a estrutura de classes, as relações étnicas, os costumes, o comportamento político, etc., ocorre um processo de frenagem.

Todavia, Costa Pinto, por não aprofundar a distinção entre modernização e modernidade, acabava por exaltar os traços positivos dos processos de modernização, mesmo nessas condições de sedimentação de um processo de mudança que não atingia a todos, indistintamente^{xiv}. A sua discussão sobre os aspectos positivos da mobilidade social nos processos de desenvolvimento na América Latina é exemplo disso. Havia de sua parte a intenção de assinalar que estava ocorrendo no continente, nos anos 50s e 60s do século XX, um importante processo de mudança que se estendia para as diversas áreas da vida social. Isso porque o desenvolvimento era para ele acumulativo.

No entanto, ele não tinha preocupação em esmiuçar o significado de tais mudanças em termos de diferenciar modernização de modernidade. Aquela primeira levaria, num processo cumulativo, à segunda. Sob aspecto diferente, em razão de seus entendimentos distintos acerca dos processos que conduziriam à modernidade, pode-se dizer que Bauman (2000) alertaria tanto Costa Pinto e Guerreiro Ramos quanto Faoro para terem cuidado para não cair num certo fanatismo pela modernidade. Para que isso não ocorresse, era preciso ater-se às tendências totalitárias que sempre estiveram latentes nos diversos projetos de modernidade em curso ao longo do século XX. À luz do que Bauman está dizendo, Costa Pinto, por exemplo, ao exaltar a classe proletária como aquela que seria a força política capaz de dar uma guinada a um desenvolvimento mais igualitário, esquecia-se que ela poderia, também, transformar-se, nessa busca pela modernidade, em uma classe autoritária.

Socialmente, a modernidade trata de padrões, esperança e culpa. Padrões – que acenam, fascinam ou incitam, mas sempre se estendendo, sempre um ou dois passos à frente dos perseguidores, sempre avançando adiante apenas um pouquinho mais rápido do que os que lhes vão no encalço. E sempre prometendo que o dia seguinte será melhor do que o momento atual. E sempre mantendo a promessa viva e imaculada, já que o dia seguinte será eternamente um dia depois (BAUMAN, 1998, p. 91).

2- Guerreiro Ramos e a busca de soluções sociais para os problemas produzidos socialmente

A expectativa de Guerreiro Ramos de que as ciências sociais pudessem encontrar soluções para os problemas que afligiam a sociedade brasileira se inscrevia nos ideais de modernidade desenvolvidos ao longo de vários séculos. Segundo Bauman, um dos traços mais importantes deste ideário é “a esperança de tornar as coisas melhores do que são – já que elas, até então, não são suficientemente boas” (BAUMAN, 1998, p. 101).

Se Guerreiro Ramos, assim como Costa Pinto, buscava soluções para os problemas sociais, ele o fazia em nome de uma sociedade melhor para todos os indivíduos. Mas que sociedade melhor

era essa que ele advogava? Seria, antes de mais nada, uma sociedade onde não imperasse a dependência e a alienação. Nesse caso, o sociólogo teria um papel importante no processo de esclarecimento dos mecanismos mantenedores das relações de dependência. A sociologia nacional, em vista da especificidade histórico-social do país, não poderia auxiliar na busca dessa sociedade melhor e renovada se continuasse a utilizar a produção sociológica estrangeira de forma servil. Para ele, era essencial recusar as técnicas importadas, a “sociologia enlatada”, a “sociologia consular”^{xv}. Ele afirmava:

A sociologia não é especialização, ofício profissional, senão na fase da evolução histórica em que nos encontramos, em que ainda perduram as barreiras sociais que vedam o acesso da maioria dos indivíduos ao saber. A vocação da sociologia é resgatar o homem, permitir-lhe ingresso num plano de existência autoconsciente. É, no mais autêntico sentido da palavra, tornar-se um saber de salvação (RAMOS, 1965, p. 15).

O combate à situação de dependência cultural e de alienação era, então, uma maneira de levar os brasileiros “a transcender, no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma” (RAMOS, 1965, p. 16). Os melhoramentos sociais estariam ligados tanto à derrota de uma existência mesquinha no que tange ao modo de os indivíduos conceberem o mundo social e as suas relações quanto à resistência ao processo de “robotização da conduta pelas pressões sociais organizadas” (RAMOS, 1965, p. 16).

Todavia, nem toda sociologia poderia exercer esse papel de combate e de resistência à robotização. A “sociologia enlatada”, por exemplo, não tinha como desempenhar tal tarefa, já que ela era parte do processo alienante e robotizador. Ela não conseguia instrumentalizar os indivíduos para a compreensão livre e autônoma de seus problemas. Ao se pautar em interpretações estrangeiras e importadas, essa forma de conhecimento contribuía, não para a constituição de uma consciência crítica, mas sim para o aprofundamento da dependência cultural e da alienação. A importação de objetos culturais deveria ser superada através de uma ampla produção de idéias mais adequadas às exigências históricas do país.

Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível do desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico, bem como o nível cultural genérico de suas populações^{xvi} (RAMOS, 1957a, 78).

Tanto no campo das idéias quanto no dos artefatos (objetos, produtos e tecnologias) não se estaria supondo um rechaçamento absoluto de tudo o que é de fora, ou seja, estrangeiro. Ele advogava, sim, a necessidade de transformar idéias e objetos em elementos adequados à situação econômica, social e cultural brasileira. Se o cientista estivesse comprometido com o seu contexto histórico não havia, nos diálogos que ele deveria estabelecer com o conhecimento de diversas partes do mundo, riscos de uma malversação do saber sociológico, o qual jamais poderia ser baseado na

confusão entre ciência em hábito (destreza intelectual que permite a aplicação do que se aprende nos manuais)^{xvii} e ciência em ato^{xviii} (atitude científica diante da realidade).

A sociologia brasileira e a latino-americana não poderiam continuar sendo, segundo Guerreiro Ramos, um episódio de expansão da sociologia européia e norte-americana. Elas não deveriam desconsiderar tudo o que foi acumulado pela ciência social nesses países, mas não poderiam supor que bastava somente a reprodução do conhecimento. Este último teria de ser dotado de originalidade já que deveria ser um “instrumento de autoconhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais” (RAMOS, 1965^a, p. 79).

Alberto Guerreiro Ramos ressaltava que o objetivo maior da sociologia era, nos moldes já apontados por Karl Mannheim, procurar soluções para as crises. No caso brasileiro era, então, óbvia a necessidade de fortificação de um saber dotado de capacidade de reconstrução social. Pensamento e circunstância nacional estavam umbilicalmente ligados. Daí a urgência em desmontar os conformismos que se abatiam sobre os cientistas. Ao se entreterem com a “sociologia enlatada” eles não vêem sequer a necessidade de buscar soluções nacionais e regionais para os problemas do continente latino-americano. Desejam sempre receitas prontas e a permanência de um adestramento vindo de fora que tem sido capaz de matar qualquer atitude sociológica não-apologética.

Todavia, ele afirmava que nem tudo estava perdido, pois era possível reverter esse quadro de uma ciência vazia de significados e oca, destituída de atos. O que vinha sendo desenvolvido na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) expressava um indício de descolonização do pensamento^{xix}. Os brasileiros, como Celso Furtado, que estavam naquele órgão, seriam, então, aos olhos de Guerreiro Ramos, representantes de um processo de mudança no modo de fazer e de conceber o conhecimento. Isso porque eles tomavam este último como instrumento de autodeterminação, já que procuravam compreender a realidade econômica, política e social dos países da América Latina.

Causava também, na década de 1950, grande controvérsia a afirmação de Guerreiro Ramos de que a sociologia se diferenciava “quanto aos temas e problemas de que trata” (RAMOS, 1957^a, p.82). As singularidades econômicas, políticas e sociais tinham que estar na base do conhecimento e da atitude sociológica. Por exemplo, as instituições e a vida comunitária no continente latino-americano viviam em total descompasso, porque aquelas primeiras foram impostas sem quaisquer vínculos com a vida coletiva. A sociologia devia, então, não somente esclarecer os fundamentos desse descompasso, mas também intervir na reestruturação dessas instituições para que elas fossem dotadas de capacidade para dar curso às possibilidades de mudança.

Nesse caso, ficava patente que assim como para Costa Pinto, também para Guerreiro Ramos, o conhecimento sociológico deveria estar voltado para auxiliar as instituições, principalmente as governamentais, a operar os processos de desenvolvimento no continente. Na década de 1940, 1950 e 1960 era patente, para os sociólogos, essa ligação entre o saber sociológico e a agenda pública. A atitude sociológica deveria estar imbuída de responsabilidade criativa e transformadora.

Conforme afirma Bauman, era essa uma postura correspondente a um momento histórico em que os cientistas acreditavam estar trabalhando para a formação de uma sociedade melhor. “Esse era, enfim, o projeto da modernidade, que hoje está em grande parte abandonado” (BAUMAN, 2004, p. 308).

Os riscos que a América Latina estava correndo com sua situação de dificuldades econômicas, sociais e políticas pareciam nos escritos de Costa e Pinto e de Guerreiro Ramos sanáveis, possíveis de serem combatidos ou, ao menos, neutralizados. “Era óbvio, por exemplo, que alimento, e só alimento, era o remédio para a fome” (BAUMAN, 2004, p.309). Tal situação é diferente na condição atual em que os “processos de globalização sem controle político ou ético, que solapam as bases de nossa existência e sobrecarregam a vida dos indivíduos com um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes” (BAUMAN, 2004, p.309).

Pode-se dizer que o contexto latino-americano de meados da década de 1950 era também solapado por incertezas quanto as nossas possibilidades futuras, incertezas que se davam não somente em vista da conjuntura internacional, mas também da conjuntura interna. Esta última era, segundo Guerreiro Ramos, marcada pela presença de uma elite discricionária e tutelar que tornava o futuro um verdadeiro desafio. As incertezas e os riscos eram desconhecidos. Daí a necessidade de gerar nos intelectuais um comportamento mais operativo, mais autônomo e mais integrado à vida coletiva. Construir um saber que, de fato, servisse socialmente à sociedade como um todo era, para ele, uma forma de lutar contra as incertezas que rondavam os países da América Latina.

Se a sociologia era, para ele, um instrumento de autodomínio do meio social ficava evidente seu papel relevante em qualquer momento histórico. Assim, não somente em meados do século XX, a sociologia estava obrigada a ajudar a vencer os desafios do futuro. Essa mesma convicção aparece em seus depoimentos na década de 1980 (RAMOS, 1995). Ele afirmava que pensar o futuro era pensar na decadência e no destrilhamento da história moderna. Em entrevista a Alzira Alves de Abreu e Lúcia Lippi de Oliveira, Guerreiro Ramos, em 1981, fez a seguinte observação:

O Brasil não tem saída dentro da história moderna e hoje está completamente capturado dentro da história moderna, que é uma história de fracassos. O maior fiasco que já houve é a sociedade industrial. Um grande fiasco! Destruíu os elementos permanentes da existência humana, destruiu a natureza, e nós ainda estamos nessa mentalidade moderna de desenvolvimento, nessas coisas. Está tudo errado. Mas isso já acabou. O modelo de civilização industrial, que constituiu o espelho em que devíamos nos mirar, acabou, não há mais possibilidade, porque estamos na época dos princípios de limites. Você tem de organizar e desenhar a vida pessoal e social dentro da categoria do princípio de limites, para salvar a natureza e salvar a integridade psíquica do homem. O homem está, em toda parte, desintegrado, porque a sociedade industrial está destruindo, agravando a perplexidade dos homens, das mulheres e das crianças (RAMOS, 1995, p. 178).

Observe-se que essa perspectiva negativa acerca da sociedade industrial não estava presente em seus escritos da década de 1950. O próprio Guerreiro Ramos afirma nessa entrevista de 1981 que ele também havia abraçado uma teoria que advogava a existência de um contínuo processo de superação de fases. Essa teoria era pautada na idéia de que o melhor para o país era o desenvolvimento industrial. O que ele havia visto como modelo para a nação em meados do século

XX, ou seja, a industrialização, tinha-se mostrado nas décadas de 1970 e 1980 como um terrível engano, um terrível fracasso.

Os livros *O problema nacional do Brasil* e *Introdução crítica à sociologia brasileira* estão repletos de sugestões cuja leitura os cientistas sociais e os aprendizes do ofício de sociólogo poderiam utilizar em trabalhos “necessários ao desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais” (RAMOS, 1957, p.96). Isso queria dizer, essencialmente, que “nas condições presentes no mundo atual (décadas de 1950 e de 1960) todo desenvolvimento se realizaria necessariamente pela industrialização” (RAMOS, 1960, p.113). Advogando a urgência de implementação de atividades produtivas não-agrícolas e não-extrativista, ele considerava, em 1960, que era preciso incrementar a taxa de produtividade industrial. Isso passava por tornar o trabalho industrial como a principal atividade do país. Ele acreditava que esta seria uma forma de vencer o pauperismo, a miserabilidade.

A qualidade de um sistema econômico, media-se, segundo Guerreiro Ramos, pelo percentual de mão-de-obra empregada nas atividades urbano-industriais, incluído aí o setor de serviços. A industrialização, a especialização do trabalho, o desenvolvimento tecnológico, o aumento da produtividade seriam motores da evolução histórico-social, dizia ele em 1960. Nesse momento, diferentemente de sua posição em 1981, ele acreditava que a modernização do país passava pelos processos de industrialização, os quais deveriam atingir as diversas regiões e as diversas atividades econômicas. Observem as seguintes palavras:

A industrialização deve ser entendida como categoria sociológica. Em tal acepção é um processo civilizatório, que se propaga por todos os setores da atividade econômica e não apenas pelo setor restrito do que normalmente se chama de indústrias. É esse fato que precisa ser evidentemente compreendido para que se perceba que o desenvolvimento industrial não prejudica necessariamente a agricultura. A industrialização é um processo global que não se restringe a um setor restrito da economia. Ao invés, suas conseqüências transcendem mesmo o âmbito da economia e alcançam os outros níveis da sociedade, promovendo verdadeiras mutações históricas (...). Se se atender para o fato de que o nível de civilização de uma sociedade aumenta na proporção que se liberam as pessoas em idade ativa de trabalhos pesados, ou seja, de tarefas que impliquem contato direto com a matéria, torna-se fácil compreender a industrialização como processo civilizatório. (...) Quem disse que a verdadeira história humana só começa a partir de certo nível das forças produtivas viu, de certo, as implicações globais da industrialização (RAMOS, 1960, p. 126-7).

Assinale-se que há nessa passagem a exposição da convicção de Guerreiro Ramos acerca das benesses sociais da industrialização e da modernização. Em 1981 ele tecia críticas ao seu próprio modo de encarar esse processo socio-econômico fundado nas atividades urbanas. Ele retificava suas convicções apontando para a necessidade de reinventar a civilização brasileira. Essa reinvenção deveria estar pautada na busca da implementação de essencialidades humanas (tais como: processo produtivo que respeite meio ambiente, vida humana, integridade e dignidade das pessoas, etc.) e não em termos da modernização industrial que precariza tais essencialidades. Ele afirmava: Modernismo e modernidade são categorias precárias, e não se pode ser precário”(RAMOS, 1995, p.180).

Se, num dado momento, Guerreiro Ramos apresentava, por um lado, uma crença absoluta na modernização industrial, por outro, ele não se converteu, como diria Bauman, num fanático da

modernidade. Com o passar dos anos ele se tornou um crítico ferrenho do projeto de modernidade que tinha um caráter destruidor das potencialidades humanas. No entanto, ele não estava buscando, como fez Raymundo Faoro, uma distinção entre modernização e modernidade. A seu ver, esses dois processos pareciam idênticos, o que o levou, sem sombras de dúvida, a uma atitude de rechaçamento tanto de um quanto de outro. A modernização industrial que teria ocorrido nas décadas de 1950, de 1960 e de 1970 teria sido reprodutora da precarização absoluta da vida social. Isso porque as pessoas tinham sido enganadas, exploradas, vencidas, derrotadas. As instituições ter-se-iam tornado senis, assim como as produções intelectuais e os debates. A reinvenção do Brasil precisaria lidar com essas questões, com esses cadáveres de pessoas, de idéias e de instituições que estavam mortas, mas não enterradas.

A modernização industrial, por exemplo, levou o país a uma total internacionalização, o que teria subtraído mais e mais a possibilidade de surgimento de um projeto de nação distinto daquele que tinha florescido até então. Há, nas falas de Guerreiro Ramos, uma crítica ao processo de modernização industrial levado a cabo pelo regime militar. Isso fica evidente quanto ele fazia, no início da década de 1980, a seguinte afirmação: “As pessoas são vagas, não entendem, estão exercendo funções para as quais não estão preparadas. Não há perspectiva, ninguém sabe nada do Brasil. (...) As pessoas estão mortas” (RAMOS, 1995, p.181). Somente assim era compreensível a inércia que paralisava o país.

Nesse mesmo sentido, é que ele fazia, em 1981, uma crítica veemente aos políticos de modo geral. Ele reiterava:

As pessoas estão iludidas, estão brigando a briga errada. Um país de picaretas. Os políticos são uns picaretas, viram picaretas. Só tem picaretas na política brasileira. O sujeito tratando de interesses (...). Ninguém tem a visão do Brasil. É o país da picaretagem. Não tem ninguém com grandeza, a grandeza de Alberto Torres, do Visconde de Uruguai, do barão do Rio Branco, de José Bonifácio, de Getúlio Vargas. Acabou, o país destruiu a nós todos. (...) Está tudo batendo em retirada (RAMOS, 1995, p. 182).

Quando ele dizia que o país estava destruído, sua postura trazia à tona a suposição de que a destruição tinha ocorrido no decorrer da ditadura militar (1964-1985). Seus textos (1957; 1960) da década de 1950 expunham uma convicção de que o Brasil e a América Latina não estavam destruídos. As mudanças eram muito difíceis ao seu ver, mas não impossíveis. Todas as suas falas, artigos e livros insistiam na necessidade de abrir os caminhos que conduzissem ao desenvolvimento econômico e político. Essa sua convicção estava totalmente abalada no ano que antecedeu sua morte.

Detectam-se dois grandes abalos em sua crença nas possibilidades de mudanças sociais expressivas. O primeiro desencantamento dizia respeito ao modo como o processo social, econômico e político havia sido conduzido no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. A prevalência de uma industrialização que impôs um amplo processo de internacionalização teria sido enormemente malévolo. O segundo desapontamento era sobre os caminhos da modernização e da modernidade;

ambas haviam para ele destruído a todos indistintamente. Essa sua postura tinha um caráter mais amplo, mais geral. Não havia, para ele, saídas, no âmbito nacional e no internacional.

Observe-se que Guerreiro Ramos não se mostrava decepcionado inteiramente com o processo de industrialização que havia sido tentado no Brasil nos anos 50s. Em um texto escrito em 1958 e intitulado *O controle ideológico da programação econômica* (1960), ele fazia várias observações sobre a positividade do Programa de Metas de Juscelino Kubitschek. O que não queria dizer que ele não levantasse os defeitos de tal planejamento governamental. Para ele era seu dever, enquanto cientista social, fazer uma análise sociológica daquele processo. Pois, assim, estaria ele ajudando os homens públicos a avançarem rumo a um melhor desempenho econômico e social do país. Tanto que ele, no artigo acima mencionado, se dirigia aos programadores do governo J.K. aconselhando-os a ampliar o Programa de Metas para outras áreas além da socio-econômica. Para ele, a cultura e a ciência deveriam também ser contempladas.

Esse seu profundo desapontamento, em 1981, com a falta de rumos que ele dizia observar interna e externamente pode ser lido como a sua reação diante daquilo que Bauman diz sobre o fato de o conhecimento, de o saber, não estar mais dirigido aos governantes, aos dirigentes, já que eles não estariam mais interessados em criar as condições para produzir o melhor para a sociedade como um todo^{xx}. Verifica-se, nas entrelinhas dos textos de Guerreiro Ramos, um total desapontamento por detectar que havia, em 1980, uma quase que impossibilidade crescente de realização das metas (industrialização, urbanização, politização) que ele supunha ser possíveis em meados do século XX.

Baseado em que elementos ele supunha a viabilidade do desenvolvimento vingar como uma prática econômica e política capaz de favorecer os interesses coletivos do país? Ele dizia que era em vista do papel que as massas estavam tendo naquele momento.

A massa, atualmente, graças ao nível de consciência de seu papel, já adquirido, passou a pretender interferência ativa no desenvolvimento econômico. Este fato mudou a natureza do fenômeno. A massa foi promovida à esfera empresarial do desenvolvimento. Ou melhor, a programação deste não obedece mais ao só arbítrio das minorias. Os quadros que o executam só têm autoridade para tanto, enquanto se conduzem como delegados das aspirações da massa. É a isto que conduz, em última análise, o pleno funcionamento dos regimes democráticos, sejam quais forem as suas modalidades (RAMOS, 1960, p. 182).

Sua crença num desenvolvimento articulado social e politicamente só tinha sentido, no caso brasileiro, numa sociedade democrática. O regime que se instaurou a partir de 1964 seria, então, a negação absoluta de tal possibilidade, já que os movimentos sociais haviam sido silenciados. Se o desenvolvimento é um problema essencialmente político (Ramos, 1960, p.181), a paralisação da vida política (FURTADO, 1992), durante a ditadura militar, teria solapado os projetos colocados em andamento entre 1956 e 1964. Ao ser ver, o desenvolvimento era muito mais do que a modernização industrial gerenciada pelos tecnoburocratas civis e militares. A industrialização, em si mesma, não deveria ser buscada e/ou desejada, uma vez que ela só traria complicações e riscos para os países periféricos. Tudo indicava que a destruição do homem e da natureza seria radical.

Um processo de desenvolvimento era entendido por ele como algo maior que uma política de aceleração industrial. Ele se dizia de acordo com Paul Baran que afirmava, no livro *Economia política do desenvolvimento* (1972), que o desenvolvimento depende tanto do excedente de produção quanto do modo de aplicar esse excedente. No entanto, Guerreiro Ramos argumentava que um dado fundamental estava em quem aplicava esse excedente. Somente uma sociedade democrática poderia gestar as condições para um desenvolvimento direcionado a alcançar um maior benefício possível à coletividade^{xxi}. Governantes e administradores do Estado num regime autoritário iriam sempre programar uma expansão econômica voltada a alguns interesses somente, e não aos interesses da “comunidade nacional” (RAMOS, 1960, p. 192). Um processo de industrialização e de internacionalização como o que houvera nas décadas de 1960 e 1970 teria potencializado a destruição de valores que exaltavam a busca de uma sociedade mais humana e mais igualitária. Tal industrialização confundiu-se com a desumanização (RAMOS, 1995).

Essa postura de Guerreiro Ramos deve ser lida à luz daquilo que Bauman denomina de “os riscos da modernidade”. Aquele primeiro estava preocupado em fazer uma crítica à sociedade industrial que teria sedimentado ao longo do século XX aqueles riscos que se inscrevem na “destruição dos elementos permanentes da existência humana” (RAMOS, 1995, p.178). A destruição da natureza (meio-ambiente) teria sido fomentada pela obsessão de políticos, de dirigentes, de intelectuais, de lideranças diversas, etc. pelo desenvolvimento a qualquer custo. Guerreiro Ramos, desde os anos 50s, criticava os homens de ciência e de ação que adotaram, em alguns momentos, uma postura defensora de um desenvolvimento incondicional^{xxii}. No livro *O problema nacional brasileiro* ele diz: “O homem é a medida de todas as coisas, eis um princípio, a que também deve obedecer o desenvolvimento. (...) [Este último] tem de justificar-se hoje. Constituiria uma contradição em termos admitir-se que tivesse como preço a deterioração das condições de vida do povo” (RAMOS, 1960, p.139).

O olhar de Guerreiro Ramos sobre as sociedades industrializadas (desenvolvidas ou subdesenvolvidas) tornou-se mais e mais crítico em vista de suas reflexões sobre as condições humanas no mundo atual. Para ele, a internacionalização da economia era responsável pela depreciação da vida social. Ele dizia que o Brasil era profundamente internacionalizado e por isso mesmo tinha-se uma nação inválida. Ou seja, incapaz de colocar em prática ações que canalizassem, de fato, para a solução dos problemas que atingiam o país. Ele estaria, dessa maneira, dizendo algo que se aproxima do debate contemporâneo na sociologia. Bauman, em entrevista em 2003, faz a seguinte discussão:

Diferente dos perigos antigos, os riscos que envolvem a condição humana no mundo das dependências globais podem não só deixar de ser notados, mas também deixar de ser minimizados mesmo quando notados. As ações necessárias para exterminar ou limitar os riscos podem ser desviadas das verdadeiras fontes do perigo e canalizadas para alvos errados. Quando a complexidade da situação é descartada, fica fácil apontar para aquilo que está mais à mão como causa das incertezas e das ansiedades modernas (BAUMAN, 2004, p.310).

A última entrevista dada por Guerreiro Ramos em 1981 deixa evidenciado que há um desencantamento em relação às possibilidades de solução dos principais problemas (econômicos, políticos e sociais) que assolam a sociedade brasileira em particular. Para ele estava claro que a internacionalização impunha novos riscos, novos dilemas, numa situação em que os velhos vícios e problemas permaneciam ainda intactos. Sua reflexão sobre o campo político trazia à tona os arcaísmos persistentes da ação dos setores dirigentes. De que maneira, perguntava Guerreiro Ramos, seriam enfrentados os desafios colocados pelo presente? Com quais instrumentos políticos, intelectuais? A servidão cultural e a servidão econômica, ambas ligadas à internacionalização, potencializavam as dificuldades de constituição de uma nação. Ele considerava que Alberto Torres, na segunda década do século XX, continuava a ter razão quando dizia que a nação era uma ficção. Há duas décadas do século XXI, a nação continuava sendo uma ficção que oferecia saídas individuais para algumas pessoas, mas não se vislumbravam saídas para o país enquanto coletividade.

Na década de 1950, Guerreiro Ramos demonstrava possuir uma crença quase que ilimitada na capacidade humana de reinventar a vida social e, portanto, de ultrapassar os diversos e muitos obstáculos que se colocavam para os países subdesenvolvidos. Todas as sociedades possuíam, de maneira incubada, fases superiores de organização social e política. O grande dilema era encontrar os caminhos para que essa passagem se operasse de modo a atingir a toda a coletividade, o que não ocorreria se o desenvolvimento continuasse a ser obra exclusiva de uma minoria dominante. O processo que levaria ao alcance de uma fase superior, entendida como uma sociedade possuidora de grupos dotados de capacidade política intervencionista, seria aquele em que “as massas, sob a liderança de quadros representativos de suas aspirações assumem função empresarial no processo. O desenvolvimento à luz deste modo de ver, torna-se um subproduto da organização político-social” (RAMOS, 1960, p.209).

Em sua entrevista de 1981, ele parecia não acreditar mais nessa possibilidade. Tal situação era atribuída, principalmente, aos dirigentes que estavam comandando o país. Eles haviam matado a chance de o Brasil alcançar um patamar em que as essencialidades humanas fossem levadas em conta. O desenvolvimento que ele considerava possível na segunda metade da década de 1950 estaria, a seu ver, fundado numa perspectiva que valorizava o homem dando-lhe perspectivas de futuro^{xiii}. No início da década de 1980 nada disso era mais possível. Tal perspectiva estava morta, destruída. Isto ocorrera porque a paralisia política que se instaurara nas décadas de 1960 e 1970 teria gerado uma inércia quanto às possibilidades de encontrar soluções para os problemas que aterravam o país.

Ao dizer, em 1981, que era “preciso reinventar a civilização brasileira, em termos de elementos permanentes, não de elementos modernos” (RAMOS, 1995, p. 180), ele estava criticando a perspectiva de modernização em vigor durante a ditadura militar. As insistências dos dirigentes em ações industrializantes, em transformação do Brasil em potência, em expansão dos produtos de

exportação, etc., eram, para ele, fundadas em uma extrema precariedade, já que tais processos estavam assentados na destruição do homem, de sua capacidade transformadora do mundo e da natureza (meio ambiente).

Em 1958 ele afirmava que o desenvolvimento somente teria razão de ser se ele estivesse pautado na organização político-social da capacidade humana. Desse modo, todo avanço tecnológico e industrial deveria estar pautado na melhoria da vida social. Seus frutos teriam de ser convertidos em benefício do homem e não ser colocados contra este último. Observa-se que essa postura de Guerreiro Ramos indicava uma confiança expressiva nos caminhos que se abriam no país, a partir de meados de 1950. E, para ele, a sociologia era uma ciência que tinha o dever de lançar luzes sobre a realidade social para que fosse possível construir caminhos que levassem melhorias sociais para a coletividade nacional^{xxiv}.

O que a perspectiva do mundo contemporâneo descobre é a possibilidade de tornar (...) a ciência a força geradora da convivência humana ordinária. É essa compreensão da ciência que habilita a quem dela faça uso a enxergar como a maioria das nações, em particular as periféricas, têm um estatuto de existência abaixo de suas potencialidades. Mas para que estas potencialidades se efetivem, não basta proclamá-las ou descobri-las, é necessário que, de maneira global, a coletividade seja despertada politicamente para exercitar sua capacidade econômica. Repetimos: a capacidade política gera capacidade econômica (RAMOS, 1960, p.210).

A ação política tinha um papel essencial em Guerreiro Ramos. O desenvolvimento que não era um desenvolvimento pensado de maneira geral, mas sim em vista das necessidades nacionais, somente seria impulsionado pela contínua capacitação política dos dirigentes. Segundo ele, a deficiência de capacitação política era maior nos dirigentes do que no povo em geral. Suas ações e reflexões à frente do ISEB^{xxv} (Instituto de Estudos Superiores) estavam inteiramente fundadas nesse pressuposto.

E por que Guerreiro Ramos considerava que o déficit de capacidade política era menor no povo do que nos dirigentes? A seu ver, as eleições de 1958 teriam exprimido a rejeição do povo pelas práticas clientelistas e personalistas. Uma parte expressiva dos eleitores haviam rechaçados os candidatos caudilhescos e baseados em métodos arcaicos. “As últimas eleições gerais (1958) constituem demonstração de progresso no discernimento popular. São, a este respeito, mais expressivos os resultados eleitorais em São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Distrito Federal, em que posições de fundamento clientelista ou paternalista foram derrotadas” (RAMOS, 1960, p.218).

Em *O problema nacional do Brasil*, ele insistia na importância desse avanço político das massas, visto que era necessária a adesão política dessas às práticas governamentais daquele momento. Somente assim os governantes poderiam enfrentar as forças arcaicas que impossibilitavam a consecução de programas cada vez mais avançados.

Para finalizar, deve-se ressaltar que posições dessa natureza, que não faziam nada mais que advogar a necessidade de algumas reformas, seriam tomadas como extremamente perigosas e subversivas pelas forças políticas que se instalaram, através de um golpe, no poder a partir de 1964. O empenho da ditadura militar para desqualificar suas idéias ficou documentado na ficha de Guerreiro

Ramos no Conselho de Segurança Nacional, onde constava: “Alberto Guerreiro Ramos, mulato, metido a sociólogo” (RAMOS, 1995, p. 174).

3- Considerações finais

Por que retomar algumas discussões de Costa e Pinto e de Guerreiro Ramos? Foi demonstrado no decorrer deste artigo que muitas questões levantadas por eles são ainda pertinentes ao debate intelectual e acadêmico nas ciências sociais atuais. Assinalou-se que não se deve tomar suas reflexões e análises como descabidas e sem sentido para o mundo, hoje. Eles se ocuparam de problemas que estão ainda colocados para os novos cientistas sociais. No entanto, é necessário levar em consideração que eles fazem parte de uma geração de sociólogos que consideravam possível falar aos dirigentes, aos governantes. Enfim, a suposição de que poderiam intervir na definição da agenda pública orientava suas atividades enquanto homens de ciência e de ação.

No que se refere às expectativas de o cientista social intervir na construção de um mundo melhor, os caminhos percorridos pelos dois foram-se diferenciando no decorrer das décadas de 1970 e 1980. Costa Pinto continuou, ao longo de sua vida como foi demonstrado em seus textos de 1998 e de 2002, absolutamente convicto do papel importante da ação do homem de ciência na construção de uma sociedade fundada nos ideais de modernidade. Suas crenças na responsabilidade do sociólogo e na real possibilidade de que esse profissional realizasse plenamente seu dever e sua tarefa como homem de ação e de intervenção nos destinos da humanidade permaneceram intactas.

Guerreiro Ramos, no entanto, em sua última entrevista concedida no ano de 1981, pouco antes de sua morte, deixava transparecer um ceticismo enorme quanto às possibilidades de mudança do curso histórico que a sociedade moderna tinha tomado. A sociedade industrial havia, segundo ele, operado a destruição sem precedente tanto do homem quanto da natureza. O homem de ciência estaria quase que impossibilitado de atuar no sentido de orientar modificações substanciais.

Pode-se dizer que, enquanto Costa Pinto continuava a considerar firmemente que o mundo pós-moderno demandaria mais e mais a ação do cientista social, Guerreiro Ramos afirmava que sentia pena de quem fosse chamado a exercer determinados papéis pautados na busca de mudanças. Isso porquê, principalmente no caso de países como o Brasil, não havia nada a fazer. Ele dizia que não vislumbrava soluções para as sociedades, e isso valia para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que haviam destruído, através de seus processos econômicos e tecnológicos, os valores essenciais à vida humana.

Assinale-se que Costa Pinto apresentava, nos seus últimos textos, um otimismo panorâmico. Ou seja, ele lançava um olhar panorâmico sobre as sociedades atuais e tentava salientar as possibilidades de construir alternativas construtivas a partir de idéias que, de fato, esclarecem a existência humana e os seus desafios. Guerreiro Ramos, por sua vez, apresentava um pessimismo que se fundava na constatação de que havia uma grande dificuldade, nos dias atuais, de vencer a

servidão econômica e cultural que se abateu sobre o Brasil. Os dois, enfim, deixam importantes desafios para as novas gerações de sociólogos.

Referências

- BARAN, P. *A Economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- BAUMAN, Z. Entrevista. *Tempo social*, São Paulo, v.16, n.1, p. 301-324, jun.2004.
- BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- BAUMAN, Z. A sociedade líquida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 out.2003. C. Mais, p.4-9. Entrevista.
- BAUMAN, Z. Entrevista. *Il Corriere della Sera*. 13 out. 2002. Disponível em www.ihu.unisinos.br/boletim/edicoes/boletim00039.pdf . Acessado em 02 mar. 2005
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, P. É possível um ato desinteressado? In *Razões práticas*. Campinas, Papirus, 1996.
- COSTA PINTO, L. A *Sociologia & desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- COSTA PINTO, L. A *O negro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.
- COSTA PINTO, L. A Mundo pós-moderno: notas para discussão e registro histórico. In MAIO, M. C e VILLAS BOAS, G. (orgs.) *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil*. Porto Alegre, UFRGS, 1999. p.13-19.
- COSTA PINTO, L A . Waldomiro Bazzanella: lembrando um amigo. *Dados*, Rio de Janeiro, v.45, n.3, p.1-5, 2002.
- COSTA PINTO, L. A Sociologia e mudança social. *Sociologia*, São Paulo, v.ix, n.4, p.287-331, 1947.
- COULON, A *A escola de Chicago*. Campinas, Papirus, 1995.
- ELIAS, N. Alfred Weber e Karl Mannheim. In *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- FAORO, R. A modernização Nacional. In *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo, Ática, 1994. p. 95-115.
- FAORO, R. *Entrevista*. Veja, São Paulo, n. 399, p. 3-6, 28 abr.1976.
- FERNANDES, F. O problema do método na investigação sociológica. *Sociologia*, São Paulo, v.ix, n.4, p.332-345, 1947.
- FREYER, H. *Theorie des objektiven Geistes*. Leipzig, Teubner, 1923.
- FREYRE, G. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1962
- FURTADO, C. *Em busca de novo modelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- FURTADO, C. *Brasil: da república oligárquica ao Estado militar*. In *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 1-23.
- FURTADO, C. A fantasia desfeita. In *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p.27-306, Tomo II
- FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

- MAIO, M. C. Costa Pinto e a crítica ao “negro como espetáculo”. In COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998. p.13-19.
- MYRDAL, G. *Perspectivas de uma economia internacional*. Rio de Janeiro, Saga, 1967.
- OLIVEIRA, L. L. de. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995.
- PALLARES-BURKE, M. L. Entrevista com Zigmunt Bauman. *Tempo Social*, São Paulo, v.16, n.1, p. 301-324, jun.2004.
- RAMOS, A G. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, Andes, 1957
- RAMOS, A G. Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo. In *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, Andes, 1957a. p.71-165.
- RAMOS, A G. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro, Saga, 1960.
- RAMOS, A G. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- RAMOS, A. G. Entrevista com Guerreiro Ramos. In OLIVEIRA, L. L. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1995. p. 131-183.
- TOMAS, W. *On social organization and social personality: selected papers*. Chicago, University of Chicago Press, 1966.
- VILLAS BÔAS, G. Passado arcaico, futuro moderno. In MAIO, M. C e VILLAS BOAS, G. (orgs.) *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil*. Porto Alegre, UFRGS, 1999. p.51-59.
- WILLEMS, E. Sociologia acadêmica e sociologia socialista. *Sociologia*, São Paulo, v.ix, n.4, p.346-349, 1947.
- ZNANIECKI, F. e THOMAS, W. *The polish peasant in Europe and América*. Boston, Badger, 1918.

Notas

ⁱ Costa Pinto (1986), ao fazer uma crítica à sociologia acadêmica, suscita contra si inúmeras críticas. Entre elas estavam a de Florestan Fernandes (1947) e a de Emilio Willems (1947). Todavia, cabe aqui ressaltar que a crítica ao saber acadêmico no que diz respeito ao modo dele se colocar diante da vida social foi objeto de reflexão de vários outros pensadores contemporâneos. Entre eles, pode-se citar Bourdieu (1996) e Bauman (2003). Acredita-se, então, que é necessário fazer uma leitura dessa problemática em Costa Pinto à luz dos desafios colocados aos intelectuais no decorrer do século XX. Já na década de 1920, Mannheim e Alfred Weber se ocupavam desse debate acerca do saber sociológico e suas implicações quando engajado ou desengajado (ELIAS, 2001).

ⁱⁱ Essa postura de Costa Pinto já estava assim delineada por ele na década de 1940. No texto *Sociologia e mudança social* (1947) ele afirmava: “A sociologia é o estudo científico da formação, da organização e da transformação da sociedade” (COSTA PINTO, 1947, p.288).

ⁱⁱⁱ W. Thomas (1966) e F. Znaniecki (1918), importantes membros da Escola de Chicago, desenvolveram no início do século XX o conceito de atitude. Para eles, “a análise sociológica deve levar em conta ao mesmo tempo os valores sociais, que são ‘os elementos culturais objetivos da vida social e as atitudes, que são ‘as características subjetivas dos indivíduos do grupo social considerado’. A atitude é um conjunto de idéias e emoções que se transforma em uma disposição permanente em um indivíduo e lhe permite agir” (COULON, 1995, p.32) de uma determinada forma.

^{iv} Há aqui também um ponto de encontro entre Costa Pinto e Bauman que afirma o seguinte: “Não é possível a neutralidade moral em sociologia. Quem sustenta esta neutralidade mente para si mesmo” (BAUMAN, 2002).

^v Costa Pinto já afirmava na década de 1950 que a sociologia se modificaria no bojo da própria mudança social (COSTA PINTO, 1986, p.27).

^{vi} Boaventura de Souza Santos faz uma importante discussão sobre isso na introdução do livro intitulado *Democratizar a democracia*. Para ele, as ciências sociais devem renovar-se inteiramente para se transformar numa forma de ciência-ação, de ciência-cidadã, de ciência popular. Para isso serão necessários cientistas sociais com um perfil ativista (SANTOS, 2002, p.18-19).

vii “Pela primeira vez na história o imperativo moral e o instinto de sobrevivência caminham na mesma direção. Por milênios para seguir a moral devias sacrificar alguns dos teus interesses. Hoje os objetivos coincidem: ou cuidamos da dignidade de cada um, no planeta, ou morreremos todos juntos” (BAUMAN, 2002).

viii Gláucia Villas Boas afirma que “os ideais de igualdade e justiça, valores contidos na perspectiva sociológica que adotaram (alguns pensadores brasileiros) os levaram a delinear o quadro de uma sociedade profundamente desigual no Brasil da década de 1950. Costa Pinto tinha razão quando afirmou que os velhos problemas permanecem e por isso se impõem ainda hoje no horizonte dos círculos intelectuais” (VILLAS BOAS, 1999, p.59).

ix Costa Pinto afirma que nas ciências sociais, a atitude científica depende de contingências que só as ciências sociais podem explicar. Nisso residiria o dilema da sociologia acadêmica e de suas dificuldades de se liberar de inúmeras pressões (COSTA PINTO, 1986, p.34).

x Costa Pinto considerava essencial diferenciar obstáculos à mudança de resistência à mudança. Os primeiros são dificuldades e a segunda é a intenção deliberada de bloquear o processo em curso (COSTA PINTO, 1986, p.103).

xi “A modernização será sempre uma concessão, uma forma de ajustamento – e nada mais” (FAORO, 1976, p.4).

xii “Entre a linha da modernização e a linha da modernidade, há uma oposição que, mais que uma diversidade, não se funde numa contradição. A oposição pode, uma vez que não chega à contradição, e daí à superação, conciliar-se e acomodar-se num quadro sem afirmações e sem negações. A conciliação fixa, ceticamente, a indefinição como norma” (FAORO, 1994, p. 111).

xiii “Modernização, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro – ela é uma só, com um vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas” (FAORO, 1994, p.99).

xiv “Uma sociedade em desenvolvimento é, por definição, uma sociedade desigualmente desenvolvida, na qual é possível encontrar, de alto a baixo, como característica estrutural, a coexistência de dois padrões de estrutura social: o padrão tradicional em declínio e o novo, emergente e moderno, em expansão. A essa situação é que propusemos chamar de ‘marginalidade estrutural’, que basicamente resulta do fato das diferentes partes da sociedade tradicional não se transformarem no mesmo ritmo, desde que cada uma delas oferece diferentes graus de resistência à própria mudança” (COSTA PINTO, 1986, p. 307-8).

xv A “sociologia enlatada” era um modo de assimilação acrítica da produção estrangeira. Era a tentativa de aplicar esse conhecimento à realidade brasileira sem levar em conta as questões e os problemas nacionais.

xvi Essa afirmação suscitou muitas desavenças no II Congresso Latino Americano de Sociologia realizado no Rio de Janeiro em junho de 1953. No texto *Sociologia enlatada versus sociologia dinâmica*, Guerreiro Ramos expunha os sete principais pontos do trabalho apresentado por ele no referido Congresso. Entre diversas outras questões ele defendia os seguintes pontos: a)- considerava essencial refutar a transplantação literal de medidas postas em andamento nos países desenvolvidos, b)- defendia a necessidade de o ensino de sociologia capacitar os futuros professores para uma interpretação adequada e autêntica dos problemas nacionais, c)- questionava a aplicação de recursos em pesquisas que versassem sobre aspectos miúdos da vida social, d)- defendia a aplicação de recursos em pesquisas que visassem desvendar os aspectos globais e parciais da estrutura nacional, e)- desaconselhava que trabalhos sociológicos, de qualquer natureza, contribuísses para a manutenção de comportamento de caráter pré-letrado. Os sociólogos deveriam lutar, por exemplo, para que os indígenas fossem totalmente integrados à atual estrutura econômica em vigor; f)- considerava que a melhoria de vida das populações da América Latina estava ligada à expansão do desenvolvimento industrial (RAMOS, 1957^a, p.77-8).

xvii Segundo Guerreiro Ramos, no país havia quase que somente intelectuais que praticavam a ciência como um hábito. Entre eles estariam, a seu ver: Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Os cientistas em hábitos seriam aplicadores de receitas.

xviii “A sociologia em ato é um estado de espírito. Você é sensibilizado para um problema e reage” (RAMOS, 1995, p. 168).

xix A Cepal era exemplo de rompimento com as transplantações predatórias e de inauguração de uma transplantação acelerativa. Esta última contribuiu “para incrementar a velocidade da capitalização dos países periféricos. (...) Entre tais transplantações acelerativas estão, por exemplo, as máquinas, os processos fabris de alto rendimento, certas formas especializadas de instrução e educação” (RAMOS, 1957^a, p. 88).

xx Em 1958, Guerreiro Ramos fazia a seguinte afirmação: “O conhecimento científico dos fatos econômicos tem possibilitado, nas últimas décadas, a realização de variadas sortes de planejamento, não apenas em regimes socialistas como capitalistas” (RAMOS, 1960, p. 183).

xxi “(...) O programador carece ser educado ideologicamente, a fim de habilitar-se a ajustar os seus instrumentos técnicos às premissas de valor da comunidade nacional” (RAMOS, 1960, p.192).

xxii Havia, para Guerreiro Ramos, a necessidade de distinguir o desenvolvimento em geral do desenvolvimento nacional. Os cientistas sociais deveriam alertar os governantes quanto ao fato daquele segundo não ser “desenvolvimento tout court, mas qualificado pelo adjetivo nacional” (RAMOS, 1960, p. 200). Ele afirmava ainda que um dos maiores desafios dos países subdesenvolvidos estava no fato de que o atraso só seria vencido se fossem restringidos ou mesmo impedidos os gastos com bens supérfluos.

xxiii “A categoria de sociedade moderna é apresentada como ‘etapa do desenvolvimento histórico-social da humanidade’ e pressupõe o fenômeno da evolução, assim como uma idéia positiva do futuro” (OLIVEIRA, 1995, p.49). Lúcia Lippi de Oliveira destaca também nesta obra *A sociologia do guerreiro* (1995) a perspectiva faseológica e evolucionista de Guerreiro Ramos.

xxiv “O sucesso das ciências sociais e da sociologia em particular nos anos 50s está relacionado à implementação do Estado de bem-estar. É o Estado o planejador que requer e acolhe os sociólogos interessados em ajudar o processo de mudança social controlada. Nesse contexto a sociologia surgiu como instrumento, como saber capaz de ajudar na formulação e implementação de políticas públicas” (OLIVEIRA, 1995, p.56).

xxv O ISEB foi criado em meados de 1955. Era um instituto que dava apoio ao governo J.K. Entre os seus membros estavam: Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes e Nelson W. Sodré. Havia perspectivas distintas entre eles acerca da concepção de desenvolvimento. As visões distintas de Jaguaribe e de Guerreiro Ramos quanto à natureza do desenvolvimento

alimentaram um amplo debate nos anos 50s. O Instituto foi declarado subversivo pelos condutores do golpe militar de 1964. Foi invadido e depredado. Instaurou-se também, não só no ISEB, mas nas universidades e em outros institutos, inquéritos policiais para detectar e punir as denominadas ações subversivas que supostamente estariam sendo levadas a cabo por membros de tais institutos. O desenvolvimentismo do ISEB e o apoio ao Plano de Metas de JK foram, imediatamente, taxados de subversivos.